

3

Fundamentos teóricos

O presente estudo se insere no campo da pesquisa dos estilos conversacionais (Tannen, [1984] 2005) no ambiente radiofônico (Bell, 1984), a partir do arcabouço teórico das abordagens do discurso no âmbito da sociolinguística interacional (Goffman, [1964] 2002; [1979] 2002; Gumperz, 1982), da teoria da acomodação social (Giles, 1973) e da teoria do design da audiência (Bell, 1984), em interface com as concepções de tipos de atividades (Levinson, 1979; Sarangi, 2000), de avaliação (Gago, Vieira & Sant'Anna, 2012; Vieira, 2007), de conversa cotidiana (Coupland, 2003; Holmes & Marra, 2002) e de contexto em suas dimensões micro e macro (Ellis, 1999).

Para a fundamentação da análise dos estilos conversacionais dos repórteres aéreos, no contexto da mídia radiofônica do grande centro urbano do Rio de Janeiro, estabeleço as seguintes orientações teóricas: no item 3.1, apresento um detalhamento das abordagens sobre os estilos conversacionais, incluindo aqueles realizados no ambiente radiofônico; na seção 3.2, trato da concepção de tipos de atividades; na seção 3.3 apresento conceitos da sociolinguística interacional necessários ao tratamento analítico da atividade; no item 3.4, apresento noções de contexto e suas relações de ordem micro e macro.

3.1

Abordagens sobre os estilos conversacionais

Nesta seção, apresento uma introdução sobre a abordagem do estilo sob a perspectiva da sociolinguística variacionista Labov ([1972] 2008), percorro as abordagens sobre os estilos em seus aspectos interacionais relacionados ao nível de envolvimento dos participantes (Tannen, [1984] 2005), exponho as características de convergência e divergência da teoria da acomodação social (Giles, 1973) e as particularidades da teoria do design da audiência (Bell, 1984), finalizando com algumas abordagens realizadas por autores que pesquisaram o estilo no contexto específico do rádio. Estas abordagens são pertinentes para esta pesquisa, pois permitem fazer diferenciações entre as variações de estilo realizadas nas interações face a face entre participantes de uma atividade social e estabelecer o quadro teórico para o tratamento analítico das interações do repórter aéreo no contexto radiofônico.

3.1.1

Perspectiva variacionista

Labov ([1972] 2008) verificou, através de estudos quantitativos, as ocorrências da variante fonológica (r) e sua relação com a estratificação social na cidade de Nova York. A busca pela separação do uso da língua em seus aspectos formais – fala mais monitorada – e informais – fala mais casual – nortearam os instrumentos de coleta de dados nas entrevistas com vendedores de três lojas de departamentos. Os resultados mostraram uma variação nítida e coerente de (r) e sua estabilidade / instabilidade. Nestes estudos, os termos “estilo de fala” e “variação estilística” estão ligados à questão funcional do comportamento linguístico e à atenção que o falante presta ao seu próprio discurso, de acordo com a situação social em que se encontra.

Labov ([1972] 2008) afirma que há mais estilos e dimensões estilísticas do que um analista pode isolar, mas que estes estilos podem ser dispostos em uma única dimensão, cuja posição é determinada pelo grau de atenção do falante ao seu discurso. Ainda segundo o autor, “não existe falante único. Alguns informantes exibem um espectro de alternância estilística mais amplo que outros, mas todo falante que encontramos exhibe alternância de algumas variáveis linguísticas à medida que mudam o contexto social e o tópico” (p. 243). Assim, a situação social implicaria variação de estilo que seria, portanto, uma iniciativa do falante e relacionada ao contexto situacional. Estudos de Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006) já indicavam que a alternância de códigos é uma demonstração de competência do falante, que pode realizá-las “no meio de um enunciado, de uma frase ou de uma oração, não uma vez, mas várias vezes” (p. 105).

3.1.2

Perspectiva interacional

Os estudos sobre os estilos conversacionais realizados por Tannen ([1984] 2005) se desenvolveram a partir das concepções de Ervin-Tripp (1972), dos conceitos de modos de fala de Hymes (1974) e das estratégias estilísticas de Lakoff (1979). Ervin-Tripp (1972, p. 235 apud Tannen, [1984] 2005, p. 13) define estilo como as mudanças co-ocorrentes nos vários níveis da estrutura linguística de uma língua, com relações sintagmáticas e paradigmáticas. Segundo as formas de ocorrência das estratégias de polidez e envolvimento estabelecidas por Ervin-Tripp (1972), as regras que ocorrem no nível horizontal possuem relações entre itens na

sequencialidade do discurso, as regras que ocorrem no nível vertical, ou seja, entre diferentes níveis sequenciais, apresentam combinações de estilos formais / informais e combinações de registros (p. 214-215, 233-234; Pereira, 1993, p. 278). Os estilos uniformes apresentam regras do nível horizontal e a conversa cotidiana apresenta regras do nível vertical. A noção de Ervin-Tripp corresponde ao que Hymes identifica como os registros de fala formal e fala informal, em que uma comunidade de fala é composta por vários estilos. Para ele, estilos de fala são modos de fala.

Tannen ([1984] 2005) assume que estilo se refere tanto às escolhas que Ervin-Tripp identifica como alternância entre regras nos níveis vertical e horizontal quanto aos registros formal e informal dos modos de fala de Hymes, resultando em diferentes dispositivos utilizados pelos falantes em diferentes contextos. A autora enfatiza (p. 14) que é importante esclarecer que um estilo não representa um modo de fala específico, como se alguém pudesse falar despreziosamente ou falar com estilo. Falar despreziosamente é um estilo tanto quanto falar extravagantemente. Tudo o que é dito ou feito deve ser dito ou feito de algum modo, e é esse modo que constitui o estilo..

Tannen aborda a questão do estilo conversacional baseando-se também nos conceitos de Lakoff (1979) em relação às estratégias estilísticas de envolvimento e consideração. A autora (p. 17) considera que as escolhas estilísticas individuais não são aleatórias, mas limitadas por estratégias estilísticas que são formas convencionalizadas empregadas para suprir as necessidades humanas perceptíveis e percorre o trabalho de Lakoff (1979, 1973), que observou que os falantes reprimem regularmente e intencionalmente o que querem dizer com o objetivo de manter a polidez em seu sentido mais amplo e preencher a função social da linguagem. A autora explicita o sistema de Lakoff que representa a lógica universal que subjaz às escolhas linguísticas específicas na forma de três princípios, chamados de estratégias estilísticas: 1) não imponha (distância); 2) forneça opções (deferência) e 3) seja amigável (camaradagem), onde o falante observa uma ou outra destas regras ao escolher a forma de sua elocução.

Tannen assume que o sistema de Lakoff (1979), apesar de se aplicar às escolhas linguísticas em todos os níveis, não são hierarquicamente ordenadas, pois o falante pode decidir sobre qual estratégia utilizar em determinadas situações e em que extensão aplicá-las, e é isto que caracteriza seu estilo, formando um *continuum* de preferências estilísticas. A Tabela 1, abaixo, adaptada de Lakoff (1979, p. 62), ilustra esta sequência.

Clareza	→	Distância	→	Deferência	→	Camaradagem
Estilos de baixo envolvimento entre os falantes			Estilos de alto envolvimento entre os falantes			

Tabela 1: *Continuum* de estilos de envolvimento.

As situações interacionais que requerem maior clareza se centrariam mais na própria mensagem. Em situações em que a distância é a estratégia mais adequada, haveria necessidade do emprego de maior formalidade e polidez, uma vez que, através do distanciamento, o falante assume que o relacionamento com o interlocutor requer interesse. Nos casos em que a deferência se apresenta como a estratégia mais oportuna na interação, o falante fornecerá opções ao interlocutor. As estratégias de distanciamento, deferência e camaradagem não são propostas em termos de hierarquia, mas ordenadas como pontos de um contínuo de preferências estilísticas. Cada uma das regras, quando aplicada na interação, cria um efeito estilístico particular, resulta em uma estratégia comunicativa que compõe o estilo (Lakoff, 1979, p. 66).

Uma definição de estilo, segundo as considerações de Tannen ([1984] 2005, p. 183), não é uma questão de distinções opostas, pois os dispositivos conversacionais podem ser utilizados em diferentes intensidades e o estilo de cada pessoa é formado a partir de uma combinação única do uso destes recursos. Dentro do *continuum* de estilos de envolvimento, aqueles em que as estratégias de camaradagem são mais utilizadas apresentam diversas características que demonstram maior envolvimento com o interlocutor. A autora expõe as características discursivas utilizadas nas situações de alto envolvimento interpessoal na conversação (Tabela 2) e afirma que determinados indivíduos possuem padrões de fala nos quais estes recursos co-ocorrem.

1. Tópico

- a. Preferem tópicos pessoais
- b. Mudam de tópico abruptamente
- c. Introduzem tópicos sem hesitação
- d. Persistem (se um novo tópico não é imediatamente selecionado, reintroduzem-no, repetidamente, se necessário)

2. Andamento

- a. Ritmo rápido de fala
- b. Tomada rápida de turno
- c. Não permitem pausas intraturno (silêncio mostra falta de comunicação)
- d. Sobreposição de fala cooperativa
- e. Audiência participativa

<p>3. Estratégias narrativas</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Contam mais histórias b. Contam histórias em partes c. Preferem avaliação interna (isto é, detalhes de uma história são dramatizados ao invés de explicados)
<p>4. Características paralinguísticas expressivas</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Fonologia expressiva b. Alterações de tom e amplitude marcadas c. Qualidade de voz marcada d. Pausas estratégicas dentro do turno

Tabela 2: Características dos estilos de alto envolvimento (Tannen, [1984] 2005, p. 40-41).

O estudo dos estilos conversacionais, portanto, não pode ser realizado sem que se leve em conta os aspectos contextuais, ou seja, a situação social em virtude da qual o falante profere seus enunciados de uma ou de outra forma. O estilo conversacional está, portanto, diretamente relacionado às expectativas que cada falante tem de seu interlocutor. Tannen (1981, p. 395) entende que o uso destes recursos de avaliação da conversação para sinalizar como o que é dito deve ser interpretado é característico do discurso individual e ocorre sem uma decisão consciente ou um planejamento, pois o modo como uma pessoa tenta mostrar interesse, companheirismo ou raiva depende de cada um.

3.1.3

Teoria da acomodação social

A teoria da acomodação foi desenvolvida por Howard Giles em 1973, a partir de estudos sobre a adaptação linguística interpessoal (Coupland & Giles, 1988). Inicialmente denominada *Speech Accomodation Theory*, a teoria da acomodação surgiu como um modelo das dinâmicas de influência interpessoal e intergrupos na interação discursiva (Coupland & Giles, 1988, p. 175). A teoria da acomodação busca descrever e explicar aspectos do modo como os falantes, em uma interação verbal, alteram, de modo estratégico e motivado, seus códigos, registros e estilos linguísticos para adaptá-los às características linguísticas e conversacionais das pessoas e da situação comunicativa na qual estão inseridos, procurando aproximar, conservar ou afastar seu padrão de fala do interlocutor ou de um grupo em determinada circunstância, buscando, primeiramente, a aprovação do outro, modificando seu modo de se comunicar e suas estratégias discursivas de acordo com suas necessidades sociais.

Os falantes alteram seu discurso de acordo com a situação comunicativa da qual estão participando e das características discursivas e sociais de seus interlocutores. Para realizar estas alternâncias, segundo a teoria da acomodação, os falantes utilizam três estratégias discursivas: a convergência, a manutenção e a divergência. Estas três estratégias, em conjunto, foram chamadas de “estratégias de aproximação” (Coupland & Giles, 1988, p. 178).

A forma mais comum de acomodação é a convergência, que ocorre quando um falante procura se identificar com o interlocutor buscando a associação interpessoal e a aprovação social. Williams (1999, p. 152) afirma que a convergência ocorre quando as pessoas procuram fazer com que seu discurso e seus padrões comunicativos sejam mais parecidos com os de seu interlocutor, como ocorre quando há solidariedade entre membros de um grupo ou associação pessoal ao outro. Bell ([1998] 2009, p. 992) explica que as formas de convergência foram classificadas em ascendente ou descendente – de acordo com o *status* social relativo entre os interlocutores; total ou parcial – de acordo com a quantidade de aproximação do falante em relação ao interlocutor; e simétrico ou assimétrico – dependendo de se a variação é unilateral ou não.

A estratégia discursiva de afastamento do interlocutor é denominada divergência. Esse desejo pode se manifestar através de mudança de código, na ênfase no dialeto ou sotaque do grupo e/ou através do uso de gírias e estruturas discursivas, enfatizando comunicativamente a diferença entre o falante e seus interlocutores. Segundo Giles & Hewstone (1982, p. 195), se um falante possui grande lealdade a um grupo e define a interação nos termos deste grupo, deseja, portanto, assumir uma identidade social positiva com este grupo, e apresenta diferenciações linguísticas com membros de fora de seu grupo. Foi utilizado para este processo o termo “distinção psicolinguística” (Giles, Bourhis & Taylor, 1977 apud Giles & Hewstone, 1982, p. 195). Quando há o pertencimento a um outro grupo e/ou distância pessoal do interlocutor, é mais provável que haja divergência e distanciamento na comunicação. A divergência também pode ser associada a um desejo de obter prestígio ou parecer politicamente correto ao se afiliar a identidades minoritárias (Giles & Williams, 1992, p. 353).

A manutenção e a divergência do estilo em relação ao interlocutor podem ser consideradas estratégias de distinção entre grupos, que procuram se diferenciar uns dos outros (Bell, [1998] 2009, p. 992). Entretanto, em muitas circunstâncias, a

manutenção pode ser subjetivamente percebida como socialmente divergente (Williams, 1999, p. 153).

Bell ([1998] 2009, p. 992) mostra, entretanto, que o aspecto social-psicológico da teoria da acomodação tornou-se crescentemente complexo quando tentou incorporar fatos que não se encaixavam facilmente em simples convergência ou divergência. A teoria sugeria que, quanto maior o desejo por aprovação, maior a convergência. Entretanto, Giles & Smith (1979 apud Bell, [1998] 2009, p. 992) descobriram que os falantes podem convergir muito, fazendo com que os endereçados reajam desfavoravelmente ao que eles consideram um comportamento protecionista ou insinuativo. Por outro lado, os endereçados nem sempre desaprovam a divergência.

3.1.4

Teoria do design da audiência

Bell (1984) desenvolveu, a partir de um dos parâmetros da teoria da acomodação – convergência – a teoria do design da audiência, que é um modelo de interação discursiva que sugere que as variações de estilo de um falante são provocadas pela influência de seus interlocutores, em virtude dos quais o falante produz seu discurso, buscando a aprovação da audiência, e mostra como a importância dada ao ouvinte interfere diretamente no estilo conversacional do falante.

O cerne da Teoria do design da audiência reside na noção de que o falante desenha seu estilo primeiramente para e em resposta à sua audiência. O design da audiência é geralmente manifestado na variação de estilo do falante para que este se pareça mais com aquele da pessoa com quem ele está conversando (Bell, [1998] 2009, p. 993). Este modelo surgiu a partir de uma pesquisa em diferentes rádios de Auckland, na Nova Zelândia (Bell, 1982, p. 150) onde o autor analisou as variações fonéticas e morfológicas de locutores de notícias em cinco rádios e mostrou que os mesmos radialistas variavam seus estilos em diferentes rádios, concluindo que as variações resultam do desejo de se identificar com e conseguir a aprovação de determinado grupo.

Estas observações remetem diretamente aos conceitos de convergência e divergência da teoria da acomodação. Segundo Bell, as pessoas realizam seu discurso principalmente para as outras pessoas, ou seja, quando falam, levam mais em consideração os ouvintes, desenhando seu estilo para a sua audiência (Bell, 1984,

p. 159). As variações estilísticas surgem, portanto, segundo seu modelo de design da audiência, quando um falante altera sua linguagem para adaptá-la à relação com o outro, e deriva seu significado da associação das características linguísticas com grupos sociais específicos (Bell, 2001, p. 142).

O design da audiência pode ser definido, assim, como o modo como o falante percebe a situação interacional assim como as características de seus ouvintes, ou pressupostos ouvintes, e altera ou adapta seu estilo visando atingir, dentro de um determinado propósito social, estes ouvintes.

Segundo Bell (1984, p. 159), as diferenças que se pode perceber no discurso do falante são produto principalmente da influência da 2ª pessoa (destinatário) e, em uma escala de importância gradativamente decrescente, das 3ªs pessoas (ouvinte, ouvinte eventual e ouvinte extraordinário) que, juntas (2ª pessoa e 3ªs pessoas), compõem a audiência do falante. Deste modo, as regras da audiência são determinadas pelo falante e o efeito dos membros da audiência no falante e o grau de relevância no desenho do estilo de fala variam de acordo com a distância para os ouvintes (Bell, 1984, p. 160). Assim, o falante, ao modelar a sua fala, leva em conta primeiramente os ouvintes, que formam a sua audiência, constituída não só do destinatário, a 2ª pessoa, mas de outras 3ªs pessoas. O destinatário, a 2ª pessoa, é conhecido e ratificado, e é, portanto, quem mais interfere no modo como o falante produz o seu discurso.

Cutillas-Espinosa & Hernández-Campoy (2007, p. 128) consideram que a teoria do design da audiência é provavelmente o estudo mais completo realizado até então que lida com o estilo como uma variável sociolinguística, pois vai além dos estilos discursivos da entrevista sociolinguística nos moldes realizados por Labov ([1972] 2008) e, desta forma, pode ser aplicado à interação conversacional espontânea. Além disso, introduz o elemento agentivo do falante na variação estilística, uma vez que inclui as dimensões iniciativa e responsiva nas situações em que o falante modifica seu discurso em resposta aos membros da audiência e altera seu estilo de modo a corresponder às características sociolinguísticas da audiência.

No caso específico da linguagem dos veículos de comunicação de massa, como, por exemplo, o rádio e a televisão, Bell (1997, p. 243) argumenta que o estilo individual do locutor é normalmente subordinado ao estilo utilizado pela emissora, cujas características podem apenas ser explicadas em termos de sua au-

diência. Mas, quando verificada a conversa cotidiana, pode-se ainda ver o importante efeito que a audiência tem sobre o estilo do falante, apesar de o impacto ser menos óbvio do que para locutores. O autor sustenta que os veículos de comunicação de massa estão sob considerável pressão para ganhar a aprovação de sua audiência de modo a manter o número de ouvintes e sua fatia no mercado. Em uma conversa comum, a necessidade de ganhar a aprovação da audiência da outra pessoa é semelhante, embora em uma escala menor.

Bell (2001) resume sua teoria do design da audiência em 9 aspectos: 1) O estilo é o que um falante individual faz com uma língua em relação às outras pessoas; 2) O estilo deriva seu significado da associação de características linguísticas com grupos sociais particulares; 3) Os falantes desenham seu estilo primeiramente para e em resposta à sua audiência; 4) O design da audiência se aplica a todos os códigos e níveis do repertório de uma língua, monolíngue ou multilíngue; 5) A variação na dimensão do estilo no discurso de um falante individual deriva de e ecoa a variação que existe entre os falantes na dimensão social; 6) Os falantes possuem uma apurada habilidade para desenhar seu estilo para uma gama de diferentes endereçados, assim como para outros membros da audiência; 7) A mudança de estilo relacionada ao tópico ou à situação deriva seu significado e direção a partir da variação da associação subjacente de tópicos ou situações com membros típicos da audiência; 8) Assim como há a dimensão “responsiva” do estilo, há uma dimensão “iniciativa” onde a própria mudança de estilo inicia uma alteração na situação ao invés de ser resultado de uma alteração; e 9) A mudança de estilo iniciativo é, em essência, design de referência, através da qual as características linguísticas associadas com um grupo de referência pode ser usada para expressar identificação com aquele grupo, explicada pelos casos em que o falante quer se identificar com aquele grupo.

3.1.5

Variação estilística no contexto radiofônico

Estudos acerca dos estilos linguísticos produzidos no âmbito das transmissões radiofônicas foram realizados, entre outros, por Goffman (1981), Bell (1982), Thornborrow (2001), Batista (2002), Almeida (2008) e Cutillas-Espinosa & Hernández-Campoy (2007).

Goffman (1981, p. 197) considera que o estudo do discurso radiofônico é de

grande interesse e apresenta diversas vantagens, por estar disponível em qualquer lugar, por ser fácil de gravar e pelo fato de a transmissão ser pública, o que evita a necessidade de permissão prévia para utilização, e afirma, ainda, que o estudo do discurso radiofônico, e especialmente das diferenças entre o discurso formal e informal, pode nos mostrar características importantes da fala cotidiana que geralmente não percebemos. O autor estuda as variações de *footing* do locutor, ao corrigir seus próprios erros, ao alternar entre a apresentação do programa, as conversas com entrevistados e as chamadas para anúncios, quando se dirige diretamente ao ouvinte (audiência), que se torna um participante ratificado. Goffman realiza, ainda, observações sobre as diferenças existentes entre a fala cotidiana nas conversas face a face e no rádio.

Bell (1982) analisou a fala em interação de locutores de cinco rádios, verificando que estes alteram estilos linguísticos, efetuando variações fonéticas e morfológicas, de acordo com as características da audiência pressuposta, concluindo que mudanças de estilo resultam do desejo da pessoa de se identificar com e conseguir a aprovação de um grupo, e instituiu o conceito de *audience design*. Em novas pesquisas acerca das variações linguísticas na mídia radiofônica, Bell (1997) verificou que duas das rádios estudadas pertenciam à mesma empresa, estavam localizadas no mesmo estúdio, as notícias e as configurações do estúdio eram as mesmas, e, no entanto, o mesmo locutor alternava seu estilo nas duas rádios. Uma vez que uma das rádios tinha como público ouvintes de uma classe social mais alta e o programa de notícias tinha mais prestígio, o autor concluiu que o único motivo para a possível influência na alternância do estilo linguístico do locutor dos noticiários seria as características da audiência.

Thornborrow (2001) analisou o gerenciamento da participação dos ouvintes em programas de rádio através de ligações telefônicas. Nestes programas, os ouvintes, geralmente leigos no assunto em questão, são convidados para participar do programa, por telefone, apresentando suas opiniões, pedindo conselhos, fazendo perguntas ou comentários relacionados ao tópico específico em andamento. No caso da pesquisa da autora, os ouvintes eram convidados a fazer perguntas a políticos sobre suas propostas eleitorais. Uma vez que há uma relação de poder entre quem pergunta – e como pergunta – e quem responde (Pereira, 1993, p. 280-281), a autora mostra como a estrutura interacional das ligações telefônicas limita e neutraliza as possibilidades de ação do ouvinte como indagador.

Baptista (2002) observou como as estratégias discursivas são utilizadas no contexto radiofônico, no tipo de interação locutor-ouvinte, para a construção e co-construção das identidades do locutor, do ouvinte e da audiência, através do estabelecimento de enquadres e *footings* específicos, de demonstração de empatia, concordância e consideração, corroborando a projeção mútua de identidades.

Almeida (2008) verificou os padrões organizacionais e sequenciais e as estratégias comunicativas nas interações entre locutores de rádio e ouvintes, a partir das estruturas discursivas, analisando as variações de alinhamento dos participantes e seu envolvimento conversacional, através de tópicos relativos à conversa cotidiana.

Cutillas-Espinosa & Hernández-Campoy (2007) realizaram estudos acerca da variação estilística de locutores de rádio e observaram que o design do falante é sempre o design da audiência, uma vez que a identidade é sempre interpessoal tanto quanto pessoal e está baseada no discurso e não em características pessoais individuais. Os autores acrescentam ainda que as variações estilísticas são determinadas tanto pela importância prestada à audiência quanto pelas normas da mídia e pelas características do evento do qual o falante está participando. Em um estudo de caso, Hernández-Campoy & Cutillas-Espinosa (2006) mostraram que as diferenças de estilo no discurso de um locutor de rádio, em comparação com o discurso de sua audiência, analisadas a partir das ligações para a rádio durante o programa, e com seu discurso em uma entrevista, não são produzidas apenas para o design da audiência, ou seja, não são apenas responsivas, mas apresentam-se como uma maneira de moldar situações comunicativas e projetar uma autoimagem, não se limitando a refletir categorias como gênero ou estilo, mas contribuindo essencialmente para a construção dessas categorias e para a construção de sua identidade. Estas observações remetem, de certa forma, a uma atitude ativa em relação à realização de diferentes estilos na produção do discurso.

Os estudos apresentados nesta seção mostraram abordagens sobre estilos, importantes para a análise das interações dos repórteres aéreos com os locutores no ambiente radiofônico e com a audiência. Na próxima seção, procurarei apresentar a concepção teórica de tipos de atividades que será também importante para a análise dos estilos conversacionais dos repórteres aéreos nos contextos das diferentes rádios.

3.2

Tipos de atividades

As reportagens em tempo real transmitidas pelos repórteres aéreos nas rádios investigadas se configuram como um tipo de atividade constituída pela fala (Levinson, 1979, p. 368) e apresentam características institucionais específicas (Sarangi, 2000). É um serviço que tem como objetivo fornecer informações sobre o trânsito e outros eventos na cidade, no momento em que estão ocorrendo, e que permitam aos motoristas e cidadãos perder menos tempo em seus deslocamentos. Nomeamos, assim, **reportagem aérea** o tipo de atividade analisada nesta pesquisa. Para o texto resultante da transcrição da reportagem aérea utilizaremos o termo **notícia**.

Apresentamos, a seguir, a concepção de tipos de atividade (Levinson, 1979; Sarangi, 2000) e o conceito de conversa cotidiana (Coupland, 2003; Johnson & Meinhof, 1997; Holmes & Marra, 2002; Coates, 1997; Johnson & Finlay, 1997) onde surge a brincadeira conversacional (Attardo, 1994; Jaworski & Coupland, 2005).

3.2.1

Concepção de tipo de atividade

As interações entre o repórter aéreo e os locutores e a audiência são analisadas nesta pesquisa com base no tipo de atividade (Levinson, 1979) e nos tipos de discurso (Sarangi, 2000), dos quais emergem as variações nos estilos conversacionais.

A concepção de tipo de atividade (*activity type*) é proposta por Levinson (1979, p. 367-369) em substituição à noção de evento de fala de Hymes (1972), com ênfase no objetivo que os participantes veem na atividade. O evento de fala foi definido por Hymes como uma atividade diretamente governada por regras ou normas para o uso da fala. Gumperz (1982, p. 166-167) também adota o termo atividade de fala para se referir a atividades em termos de objetivos comunicativos, no curso da interação (Pereira, 1993, p. 10 e 11; Pereira, 2002, p. 13).

Levinson (1979, p. 368) define tipo de atividade como uma categoria imprecisa onde os participantes têm objetivos definidos, socialmente constituídos e delimitados, com restrições aos participantes e à situação. O autor cita como exemplos uma aula, uma entrevista de trabalho, um interrogatório jurídico, um jogo de futebol, uma tarefa em um *workshop*, um jantar, etc. Os tipos de atividades deter-

minam, portanto, as limitações discursivas e interacionais da situação social – pelo menos aquelas relacionadas à linguagem. Segundo o autor, a estrutura da atividade segue uma sequência discursiva convencional predeterminada por normas que governam, por exemplo, a alocação dos turnos, onde a ênfase na informação estrutural sobre a organização conversacional predispõe os participantes a ver os enunciados como complementadores de certas funções em virtude de sua localização estrutural. Há inferências então da estrutura de uma conversação pelo papel de seus enunciados (p. 373).

No exemplo de Sarangi (2000, p. 2), a pergunta “Como você está?”², feita por um médico em uma consulta clínica, deve ser entendida pelo paciente como uma solicitação para que este fale sobre a sua saúde. Porém, se o paciente inicia a interação perguntando “Como você está?”, é pouco provável que o médico fale sobre sua saúde, mas provavelmente considerará a pergunta como um cumprimento habitual. Portanto, a pergunta “Como você está?” deriva seu significado e sua função do tipo de atividade ao qual está relacionada, e, para fazer uma interpretação correta, os participantes devem estar cientes do contexto e, conseqüentemente, conhecer os limites situacionais em que esta pergunta pode ocorrer, definindo ou redefinindo, assim, seus papéis interacionais e os limites do tipo de atividade.

Em relação ao conceito de tipos de discurso (*discourse types*, Sarangi, 2000), os tipos de atividade constituídos inteiramente pela conversa (uma conversa telefônica ou uma palestra, por exemplo) ou outros onde a conversa não ocorre ou é apenas incidental (Levinson, 1979, p. 368) têm determinadas funções dentro das estruturas das atividades, onde os participantes fazem inferências baseadas nas pistas de contextualização. A inferência que o interlocutor faz é específica para cada tipo de atividade e é definido pelo contexto.

Os participantes devem ter, portanto, noção da situação social em que uma atividade ocorre, e as inferências devem ser feitas a partir das marcas indexais presentes no tipo de atividade assim como no contexto a partir do qual o enunciado foi produzido, ou correm o risco de fazer interpretações equivocadas da situação e da atividade em andamento. Sarangi (2000, p. 7) argumenta que os participantes trazem seus próprios estilos e suas expectativas e interesses para a atividade, com objetivos distintos.

² Em português, “How are you?” significa também “Como vai você?”, ou “Como vai?”.

3.2.2

Tipos de atividades com envolvimento interpessoal

Não podemos enumerar os tipos de atividades que constituem todos os eventos comunicativos em uma sociedade. Assim como os gêneros são diversos e relacionados a objetivos específicos, os tipos de atividades dependem de fatores contextuais também específicos, criando uma enorme gama de variações entre, por exemplo, atividades muito formais e atividades muito informais. Os tipos de atividades que ocorrem nos contextos institucionais podem exibir “uma organização modificada e peculiar em relação à matriz organizacional pela qual se pauta a conversa cotidiana” (Garcez, 2002, p. 54). Levinson (1979, p. 368) lembra que, nas atividades que exigem maior formalidade, há um nível maior de planejamento na ação e na fala, assim como uma maior distância social entre os participantes. Estas características podem ser verificadas nas variações de estilo.

As conversas que ocorrem em ambientes institucionais onde os participantes demonstram maior envolvimento interacional apresentam atividades com estruturas específicas. A ocorrência de conversa cotidiana requer o uso de estratégias discursivas e interacionais de alto envolvimento e participação efetiva dos interlocutores, configurando estratégias conversacionais que geralmente surgem durante um encontro social (Goffman, [1964] 2002, p. 18), seja em ambientes de trabalho ou não.

3.2.2.1

Tipos de atividades com envolvimento a distância

Do ponto de vista da estrutura das atividades que ocorrem em interações onde os participantes não estão fisicamente presentes, como em conversas telefônicas cotidianas (Oliveira & Gago, 2007), institucionais (Pereira & Bastos, 2002) ou em ambiente radiofônico (Almeida, 2008), podem estar presentes marcas linguísticas e paralinguísticas que sinalizam a abertura, o desenvolvimento e o encerramento da atividade.

Rituais de abertura foram pesquisados por Schiffrin (1977, p. 688), que verificou que alguns cumprimentos passageiros parecem empregar pouca atenção de seus participantes e cumprimentos mais relevantes podem ocorrer durante uma participação mais interativa. No entanto, mesmo as saudações mais simples são também atividades importantes, apesar de subordinadas a outras atividades.

Pelo fato de as interações verificadas por esta pesquisa se configurarem como encontros onde os participantes não estão fisicamente na presença um do outro, mas como encontros a distância, mediados por comunicação via rádio, as estratégias conversacionais se assemelham, em certos aspectos, à conversa telefônica. Entre as estratégias de encerramento da atividade, por exemplo, as definições de Button (1987) das práticas de encerramento em conversas telefônicas são apresentadas por Oliveira & Gago (2007):

combinações (que seriam caracterizadas por turnos do tipo “então tá, depois a gente se fala” ou “tá bem, então, amanhã a gente conversa melhor sobre isso”); *recomendações* (em que uma das partes insere termos do tipo “manda um abraço para a sua mãe”); *recuperações do propósito da chamada* (em que uma das partes diz por que ligou: “então tá, só liguei mesmo pra agradecer...”) e *apreciações* (em que uma das partes aponta a ligação como objeto de análise: “adorei falar com você”). (p. 183).

Ainda em relação às práticas de encerramento, Oliveira & Gago (2007) citam a orientação recíproca, onde as partes concordam com o término da conversação e realizam um ritual de encerramento mútuo. Os autores usam o termo *projeção de ação futura*, como “depois eu ligo” ou “amanhã a gente se fala”, que tem características semelhantes à *combinação*, de Button (1987).

3.3

Conceitos para o tratamento analítico da atividade

Conforme argumentam Gumperz & Cook-Gumperz (2007, p. 483), a Sociolinguística Interacional assume principalmente que toda comunicação é dialógica e envolve a colaboração de dois ou mais indivíduos, onde os significados são negociados e vão além dos conhecimentos lexical e gramatical para compreender o sentido das atividades nas quais estão engajados.

Desta forma, apresentamos a seguir, conceitos que auxiliarão a definição e a análise da reportagem aérea, como o de enquadre (Bateson, [1972] 2002; Goffman, [1979] 2002, ([1974] 2012); Tannen & Wallat, [1987] 2002), de estrutura de participação (Goffman, [1979] 2002), de alinhamento e *footing* (Goffman, [1979] 2002), de pistas de contextualização (Gumperz, [1982] 2002), de avaliação (Gago, Vieira & Sant’Anna, 2012; Vieira, 2007) e de conversa cotidiana (Tannen, [1984] 2005; Coupland & Jaworski, 2003; Holmes & Marra, 2002).

3.3.1

Enquadre

O termo enquadre foi primeiramente utilizado por Bateson ([1972] 2002), inicialmente como um conceito psicológico, referindo-se ao modo como os participantes da interação interpretam, a partir da mensagem e das metamensagens, que sentido está sendo dado ao discurso naquele momento, onde a mensagem tem a função de ordenar ou organizar o que o interlocutor percebe. Segundo o autor, a percepção do enquadre pode ser consciente, onde os interlocutores compreendem a situação social em que estão inseridos, e pode também, pela ausência de referências verbais e/ou visuais explícitas aos enquadres, não ser percebidos pelos sujeitos envolvidos.

Goffman ([1974] 2002) estende o conceito de enquadre para uma abordagem sociológica da situação, assumindo que “as definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles” (p. 34). Pereira (2002) ressalta, a partir da caracterização do enquadre situacional, que a “abordagem de enquadre de Goffman introduz conceitos e distinções fundamentais para um melhor entendimento da estrutura organizacional e de participação social em que o discurso emerge” (p. 15).

Os significados que emergem das relações sociais são coconstruídos pelos participantes (falantes e ouvintes) durante a interação, principalmente através da linguagem. A fala é, portanto, social e intersubjetivamente organizada e as interações ocorrem em situações sociais específicas. O conceito de enquadre é utilizado, assim, para indicar como os significados das mensagens são interpretados e avaliados pelos participantes na interação, ou seja, como o participante analisa o sentido que está sendo dado ao discurso naquele momento, na situação social que está em andamento, avaliando se, naquela circunstância, trata-se, por exemplo, de uma informação, de uma conversa formal ou uma conversa casual, de uma piada, de uma entrevista ou de uma brincadeira (Goffman ([1974] 2002). Em outras palavras, o enquadre se refere ao sentido que os falantes dão ao que é dito e à interpretação que os ouvintes fazem do que está sendo dito naquela interação, definindo como cada participante se constrói em relação aos demais participantes.

Os diferentes enquadres podem ser interpretados pela linguagem verbal e não verbal, a partir das pistas de contextualização (Gumperz, [1982] 2002), pois

“toda mensagem metacomunicativa ou metalinguística define, explícita ou implicitamente, o conjunto de mensagens sobre o qual está comunicando” (Bateson, [1972] 2002, p. 99). Em uma interação face a face, outros elementos, além da linguagem, preenchem determinadas funções que são a todo momento levadas em conta por falantes e ouvintes para a compreensão da situação. Assim, muitas pistas paralinguísticas são utilizadas paralelamente ao discurso para que sejam compreendidos os sentidos que estão sendo dados às palavras.

Os conceitos de enquadre de Goffman foram retomados por Tannen ([1984] 2005, p. 32), ao avaliar o que são os enquadres e como seus sentidos são sinalizados na linguagem, analisando como a noção dinâmica de enquadre opera e proporcionando, assim, um modelo interacional para os eventos de fala. Tannen & Wallat ([1987] 2002) desenvolveram, como desdobramentos do conceito de enquadre, as noções de enquadre interativo, que se refere “à definição do que está acontecendo em uma interação” e “à percepção de qual atividade está sendo encenada” (p. 188), e de esquema de conhecimento, que se refere “às expectativas dos participantes em relação às pessoas, objetos, eventos e cenários no mundo” (p. 189).

3.3.2

Alinhamento e *footing*

Relacionado à noção de enquadre, para ilustrar as mudanças significativas de alinhamento entre falantes e ouvintes, Goffman ([1979] 2002), introduz o conceito de *footing*, buscando caracterizar o processo de negociação dinâmica dos alinhamentos e a postura dos participantes na interação social em uma determinada situação comunicativa. Os *footings* podem ser sinalizados no modo como os interlocutores organizam a produção ou a interpretação dos enunciados. Uma mudança de *footing* demonstra uma alteração no alinhamento que o falante assume para ele mesmo e para os outros, a partir de mudanças evidentes e sutis expressadas na maneira como ele conduz a produção ou a recepção de uma elocução.

As mudanças, evidentes ou sutis, expressas pelos interlocutores são fundamentais para a compreensão de qual atividade está sendo realizada e os interlocutores necessitam perceber, interpretar e avaliar os diversos traços, ou pistas, verbais e não verbais, paralinguísticos e metacomunicativos presentes na interação. Podemos, então, considerar que qualquer particularidade perceptível e analisável no comportamento discursivo de um falante pode funcionar como um dispositivo

para que o interlocutor perceba os aspectos contextuais relevantes para a interpretação de um enunciado dentro de uma situação comunicativa e reconheça o tipo de atividade que está em andamento.

3.3.3

Estrutura de participação

Em uma situação social, a organização discursiva pode ser compartilhada por vários indivíduos, falantes e ouvintes. A organização das posições em relação aos enunciados assumidas pelos participantes na interação é chamada de estrutura de participação, de acordo com os termos de Goffman ([1979] 2002, p.125), e a relação de cada um dos indivíduos com as interações das quais são participantes definem seu *status* de participação.

Goffman já havia identificado a interferência do outro ou da situação comunicativa no discurso do falante ao indagar sobre a importância dos fatores sociais e contextuais tais como se o falante está conversando com alguém do próprio sexo ou do sexo oposto, se é subordinado ou superior, se está falando com um ouvinte ou com muitos, se o outro está ali mesmo ou ao telefone, se o falante está lendo um *script* ou falando espontaneamente, se a ocasião é formal ou informal ou de rotina ou de emergência na análise das características da estrutura de participação.

Desta forma, em uma situação comunicativa, cada indivíduo tem seus papéis definidos de acordo com sua participação no evento. Esta participação pode ocorrer na situação de falante ou de ouvinte e esse papel pode ser definitivo ou provisório.

Desenvolveremos, a seguir, os diferentes *status* do falante dentro de uma estrutura de participação, segundo as distinções de Goffman ([1979] 2002).

(i) Formatos de produção: explicitando a noção de falante

Em uma situação interacional, o falante geralmente é aquele que recebe atenção especial, ainda que temporária, dos outros participantes enquanto profere seus enunciados. Estes enunciados são interpretados e avaliados de acordo com diversos fatores pessoais, culturais e sociais. O autor estabelece uma noção de falante em que este pode estar representando um papel social de animador – aquele que simplesmente produz elocuições, autor – aquele que seleciona as palavras e nelas reproduz seus sentimentos, ou responsável – aquele que está comprometido com o que as palavras expressam.

Entretanto, há diversas maneiras através das quais o falante pode escolher produzir seu discurso e se posicionar nele perante os interlocutores. Estas variadas estratégias de o falante superpor estes papéis são chamadas de formatos de produção. Um destes formatos, conforme os estudos de Goffman, é a fala original, que ocorre quando conversamos ou quando proferimos um monólogo. Uma outra forma de o falante se encaixar na elocução pode ocorrer mediante o uso de dêixis em relação a tempo e lugar, o que torna o eu remetente implícito, como ocorre nos exemplos do autor: “Feche a janela!”, “Por que aqui?”, “Começou a chover.” ou “O trabalho estará pronto até as três horas.”.

Há também o formato de projeções do eu na conversa, quando utilizamos uma figura que representa o animador: “Opa! Eu me enganei.” ou “Eu quis dizer...”. Goffman mostra que os pronomes podem ter papel fundamental nas variações de *footing*. Ao usar você(s) ou ele(s), ela(s) em lugar de eu, ou ao projetar nosso próprio eu, podemos encaixar um outro falante no corpo da nossa elocução e contar o que uma outra pessoa disse. Além disso, são possíveis encaixamentos múltiplos (efeito em camadas), como nos exemplo “Se eu me lembro bem: eu acho que (falante) eu disse (falante encaixado) que eu já vivi esse tipo de vida (encaixe do falante encaixado). Pode haver também um outro falante encaixado na figura do eu falante, como em “– Ela disse: Eu insisto em que você feche a janela.” Segundo o autor, outras formas de produção onde o eu pode ser representado no discurso ocorre nas representações teatrais e recitações, na socialização linguística das crianças, onde a fala é *pela* criança e não *para* ela.

Outras formas de projeção do eu apresentadas pelo autor ocorrem quando optamos por relatar o que o outro disse, em vez de dizermos nós mesmos, ou na mudança do relato de nossos sentimentos atuais (eu remetente) para sentimentos que já tivemos e não mais endossamos (às vezes incluindo mudança de código), na mudança de alinhamento do narrador, com quebra de enquadre da narrativa em pontos estratégicos e reenquadramentos, na repetição das palavras de outro falante em novo tom, na versão satírica de uma elocução original, no arremedo de sotaque ou dialeto ou mesmo na corroboração de nossas próprias palavras através de ditado popular. Ou seja, ao mudarmos de voz, ou cedermos a palavra em uma conversa, suspendemos temporariamente o alinhamento anterior, restabelecendo-o depois, pois é sempre possível incluir inteiramente um alinhamento em outro.

(ii) Estruturas de interpretação: explicitando a noção de ouvinte

O outro personagem fundamental na interação é o ouvinte. Entretanto, Goffman ([1979] 2002) argumenta que uma elocução não separa falantes e ouvintes em polos distintos, mas sim possibilita uma ampla possibilidade de estruturas de participação onde os interlocutores produzirão seus discursos.

Goffman (p. 118) desenvolve em seus estudos as noções de ouvinte e participante ratificado como condições sociais, e aponta que, mesmo um participante ratificado, que seria considerado um ouvinte, pode não estar escutando, e alguém que esteja escutando, ou seja, é um ouvinte, pode não ser um participante ratificado. O autor lembra também que, mesmo não sendo um participante oficial no encontro, um ouvinte pode acompanhar a conversa de perto de dois modos socialmente diferentes: de forma não intencional, como ouvinte desconhecido, não ratificado e casual, que podemos classificar como ouvinte indiferente, ou de forma proposital, como ouvinte desconhecido, não ratificado e intencional, que podemos classificar como ouvinte intrometido, bisbilhoteiro ou espião.

Dentro dos formatos de interpretação do ouvinte, apresentados pelo autor, que utilizou o termo “ato de ouvir”, dividimos estes formatos em atos conversacionais e atos não-conversacionais. Entre os atos conversacionais, Goffman identifica o que ele chama de comunicação subordinada, que é a conversa na qual os protagonistas, o tempo e o tom estão organizados para se constituírem numa interferência limitada em relação à comunicação dominante e onde estão presentes mais de um interlocutor ratificado. Este subformato pode ser realizado de vários modos: 1) como jogo paralelo, que se configura como uma comunicação subordinada entre um subgrupo de ouvintes ratificados; 2) jogo cruzado, que se refere à comunicação entre ouvintes ratificados e circunstantes; 3) jogo colateral, que é a comunicação entre circunstantes; 4) conluio, que configura a dissimulação da comunicação subordinada pelos ouvintes ratificados ou pelos circunstantes; e a insinuação, com o direcionamento das palavras a um alvo, que pode ser um interlocutor endereçado, não-endereçado ou circunstante.

Ainda entre os atos conversacionais está o estado aberto de fala, onde os participantes têm o direito de iniciar torrentes de fala. Este subformato é intermediário entre a participação ratificada e a observação de circunstante. Outra estrutura de interpretação do ouvinte presente nos atos conversacionais é a participação ratificada, que permite interrupções e aumentos de tom, e as orientações do tronco

têm significados especiais, pois, se o ouvinte é também personagem da história, é provável que tenha mais que um mero interesse na história. Um outro subformato de ato conversacional é chamado pelo autor de apelos de resposta, que têm função de autodirecionamento e buscam ouvintes casuais, de forma intencional, esperando respostas não-específicas, e podem ser exemplificados, por exemplo, pelas interjeições “Opa!” ou “Ih!”.

Entre as estruturas de interpretação do ouvinte que representam atos não-conversacionais, Goffman define o subformato monólogo expositivo, onde um único falante fala para um grupo de ouvintes (plateia), e se caracteriza por longos trechos de fala, onde os ouvintes estão fisicamente afastados do falante e, apesar de serem todos ouvintes ratificados, expressam concordância ou discordância apenas como respostas via “sinais de ouvinte”. Dentro deste subformato estão estruturas de participação que estabelecem vínculos entre o falante e os ouvintes e estes podem interferir, como em processos judiciais, leilões, sessões de orientação, aulas expositivas e bate-papos em grupo. Em outras estruturas os vínculos não podem ser estabelecidos e, conseqüentemente, os ouvintes não podem interferir, como em discursos políticos, rotinas de espetáculos de entretenimento, palestras, recitações dramáticas, leituras de poesias, sermões e cultos religiosos.

Uma estrutura de participação baseada em atos não-conversacionais em que o vínculo não é estabelecido é o que ocorre entre os locutores de TV e rádio e os ouvintes, que formam a sua audiência, e se refere ao tipo de atividade – reportagem aérea – analisado nesta pesquisa. Goffman nomeia estes ouvintes como interlocutores imaginados, que são aqueles que não estão presentes ao vivo e portanto, não tem como participar ativamente da interação.

Para finalizar, nas observações de Goffman estão as estruturas de participação do ouvinte realizadas através de atos não-conversacionais performativos, que empreendem interações discursivas com envolvimento físico coordenado e com trocas ritualizadas caracterizadas, onde existe um interesse comum presumido e uma seqüência esperada de eventos, que o autor dividiu em contato de prestação de serviço, como os que ocorrem entre comprador e vendedor, ou entre paciente e médico, e contatos entre estranhos, que acontecem quando se diz a hora, quando se passa o sal ou quando se negocia a passagem por caminho estreito e aglomerado.

Todas estas estruturas de participação, no entanto, são candidatas a processos de reenquadramento e reorganização da fala, e em cada uma delas ocorre uma

mudança de enquadramento do falante perante a situação comunicativa e esta mudança é verificada nas variações de *footing*, do falante dos seus interlocutores.

3.3.4

Pistas de contextualização

Pistas de contextualização são, na definição de Gumperz ([1982] 2002, p. 152), “todos os traços linguísticos que contribuem para a sinalização de pressuposições contextuais” e podem ser: sociolinguísticas, como diferenças culturais, étnicas ou comportamentais; linguísticas, como alternâncias de código, de dialeto, de estilo, opções fonéticas, morfológicas, sintáticas ou lexicais que podem interferir nos significados semânticos, expressões, aberturas, fechamentos conversacionais ou estratégias de sequenciamento; paralinguísticas, como pausas, tempo de fala, hesitações, entonações e sotaques; prosódicas, como altura, ritmo, entonação, acento, tom, timbre; ou visuais, como gestos, postura, olhar, atenção, expressão facial e atitude.

Quando conversam com outras pessoas, os falantes sempre monitoram o relacionamento mútuo na interação, que envolve não só o uso de palavras em seus sentidos literais, mas a produção, a recepção e a interpretação de outros indícios identificáveis que são sistematicamente utilizados para o preenchimento de concepções funcionais na interação. Estes indícios de informações contextuais são as pistas de contextualização, que devem ser de conhecimento dos participantes para que se configurem como sinalizadores conjecturais. As pistas necessárias à determinada interpretação podem estar presentes no modo como o falante decide produzir seus enunciados. Em outras palavras, o falante, ao realizar uma atividade de fala, sinaliza pistas contextuais a partir das quais ele pretende que o interlocutor interprete aquela atividade. Isto aponta para o fato de que os significados produzidos através destas pistas só podem ser, portanto, construídos na interação (Pereira, 2002, p. 12).

3.3.5

Conceitos de avaliação

Um conceito também importante, que tem relação com o modo como os interlocutores se manifestam nas atividades em determinada situação comunicativa, é o conceito de avaliação, cujas ferramentas de análise são úteis para a análise das opiniões dos jornalistas durante as transmissões das reportagens aéreas.

Gumperz & Cook-Gumperz (1982, p. 19) entendem que as atividades devem ser examinadas a partir de três perspectivas: 1) Uso da língua, que avalia as práticas verbais dos falantes; 2) Inferência, onde são verificados os mecanismos interativos através dos quais os falantes e ouvintes negociam conjuntamente e definem as interpretações; e 3) Avaliação, que determina como os participantes endereçam reflexivamente a atividade social que está sendo constituída durante a conversa. Segundo os autores, a avaliação pode ocorrer indiretamente no curso da interação, através da formulação dos enunciados, análise das narrativas, das mudanças de tópico ou dos diferentes modos de marcar o contexto. Outra forma de avaliação é derivada das respostas obtidas com repetição de parte de uma sequência, além da provocação de comentários.

O desenvolvimento dos estudos da avaliação receberam contribuições importantes dos trabalhos de Labov sobre expressividade, em função do estudo da narrativa oral e se apresenta como um elemento que demonstra a atitude que o narrador tem em relação à importância que procura demonstrar ao evento que está sendo narrado (Bastos, 1993, p. 130) e constitui, deste modo, nos termos de Labov (1972, p. 366), a razão de ser da narrativa. Vieira (2007, p. 37) afirma que, através da avaliação, o narrador enfatiza determinados eventos que podem influenciar na importância da narrativa e justificar porque a história é contável. A autora salienta, ainda, que, segundo Labov, a avaliação “é um dos elementos estruturais da narrativa e tem por finalidade informar sobre a carga dramática ou o clima emocional da situação, eventos e protagonistas” (p. 36) e esta avaliação está diretamente relacionada ao modo como o falante procura tornar a sua própria narrativa mais aprazível.

Vieira (p. 37) aponta também que Labov (1972) indica dois modos fundamentais de avaliação: externa e encaixada. Consideramos que o primeiro modo, de avaliação externa, é de caráter mais interacional que linguístico, pois o narrador interrompe a narrativa e se volta para o ouvinte para comunicar seu ponto de vista em relação ao evento que está narrando. O segundo modo, de avaliação encaixada, podemos considerá-lo mais linguístico que interacional, pois a narrador encaixa a avaliação na narrativa e mantém a continuidade dramática.

A avaliação se estende, no entanto, a outros gêneros além da narrativa e se manifesta mediante mecanismos diversos. Do ponto de vista linguístico, Hunston & Thompson (1999, p. 14 apud Vieira, 2007, p. 38) consideram que há palavras que são claramente avaliativas, como os adjetivos – esplêndido, terrível, difícil,

surpreendente e importante, os advérbios – felizmente, sinceramente e indubitavelmente, os substantivos – sucesso, falha e tragédia, e os verbos – falhar e vencer. A autora lembra, entretanto, que apenas marcas linguísticas não são suficientes para a interpretação dos valores avaliativos ligados a estas palavras. Bastos (1993) avalia como os adjetivos, além de serem intensificadores, também podem imprimir conotação negativa ou apreciativa à intensidade ao serem utilizados na narrativa de eventos.

Além das características linguísticas e interacionais, a avaliação também pode ser verificada a partir de pistas de contextualização não-linguísticas. Goodwin (1987 apud Vieira, 2007, p. 38) mostra que os participantes de uma interação podem exibir avaliações através de entonação, alongamentos, ênfases ou sobreposições e prosódia, que se constitui como o principal recurso para exibir avaliação.

Os estudos de Gago, Vieira & Sant’Anna (2012, p. 78) mostram que Linde (1997) considera a avaliação o componente máximo da estrutura linguística e, ao mesmo tempo, parte importante da interação social, e busca a união destes níveis – linguístico e interacional – na análise das avaliações. A importância interacional da avaliação é verificada também no fato de necessitarem de construção conjunta pelos falantes e de os dois níveis não poderem ocorrer sem a presença do outro. Nestes estudos sobre a avaliação no âmbito social, ligando suas dimensões linguística e interacional, o autor define avaliação como “qualquer situação em que um falante indica o significado ou valor social de uma pessoa, coisa, evento ou relação social” (Linde, 1997, p. 152 apud Vieira & Oliveira, 2007, p. 45).

Em relação ao aspecto mais interacional da avaliação, que é a perspectiva que nos interessa nesta pesquisa, Gago, Vieira & Sant’Anna (2012, p. 77) consideram que os interlocutores escolhem um relato específico com a intenção de avaliar um evento ou para que o evento relatado seja avaliado pelo outro. Este comportamento interacional mostra que os participantes estão todo o tempo monitorando e negociando o panorama da interação de modo a buscar a compreensão do evento comunicativo em andamento.

Os autores (p. 81) apresentam conceitos para a investigação das avaliações e que são definidos como: 1) Segmento avaliativo, que se refere à uma unidade estrutural que pode ocorrer no fluxo da fala e que pode ser definido, como os adjetivos; 2) Sinais avaliativos, que são os fenômenos suprasegmentais, tais como pro-

sódia, gestos e olhares que são percebidos no interior do discurso e podem ser considerados recursos importantes para demonstrar avaliação; 3) Ação avaliativa, que se refere à forma como cada um dos falantes se utiliza da linguagem para se posicionar em relação ao fenômeno avaliado, deixando transparecer seu comprometimento afetivo em relação ao que está sendo avaliado; 4) Atividade de avaliação, referente aos comportamentos interacionais de produção e monitoramento das ações que são relevantes para as avaliações dos outros. Para as análises realizadas por esta pesquisa, o terceiro conceito se mostra como o mais próximo nas avaliações realizadas nas reportagens aéreas.

As avaliações referem-se sempre a aspectos subjetivos da situação. Utilizamos como referência a definição de opinião de Schiffrin (1990, p. 244 apud Vieira, 2007, p. 31), que a define como uma “posição avaliativa interna de um indivíduo sobre uma circunstância”. Vieira (2007, p. 146) distingue ainda as opiniões simples, onde a avaliação é geralmente sinalizada por pistas linguísticas, paralinguísticas ou estruturais e as opiniões complexas, em que a avaliação pode marcar as opiniões através da alternância dos papéis de autor e animador, ou seja, a partir de mudanças de *footing* (Goffman, [1979] 2002) ou de modalização.

Na transmissão da reportagem aérea, o jornalista assume o papel de animador ao relatar as condições do trânsito na cidade e assume o papel de autor, nas ocorrências de avaliações da situação e na observação das relações entre as causas dos problemas no tráfego e nas suas consequências, ou seja, de pessoa cuja posição ou ponto de vista está sendo expresso na elocução. No caso das avaliações, o repórter aéreo assume o papel de autor ao selecionar as palavras e os sentimentos que estão sendo expressos, enquanto expressões de fatos, opiniões ou crenças (Vieira, 2007, p. 23).

O conceito de avaliação da atividade está relacionado, portanto, ao modo como os participantes interpretam linguisticamente seu envolvimento na situação social, demonstrando e ao mesmo tempo tentando entender o que está acontecendo. A avaliação depende, portanto, das pistas identificáveis e do contexto no qual estão sendo percebidas.

3.3.6

Conversa cotidiana

O valor social da conversa cotidiana ou conversa informal tem sido crescentemente reconhecido pelos estudos sociológicos e linguísticos. No entanto, tem si-

do vista como um modo formulaico e superficial de discurso e é considerada tradicionalmente um tipo de interação onde os tópicos são também superficiais, como conversas sobre o tempo, sobre eventos momentâneos, sobre assuntos banais acerca das pessoas envolvidas e mesmo sobre qualquer ocorrência do local onde está sendo realizada a conversa. Porém, se os tópicos são considerados de pouca importância, isto significaria que a conversa casual seria um tipo de conversa “segura”, com tópicos convencionais, linguagem formulaica e esvaziamento semântico, e haveria, portanto, um baixo envolvimento entre os falantes. (Coupland, 2003, p. 1; Coupland & Jaworski, 2003, p. 85). Entretanto, sabemos que toda conversa tem uma função social específica.

Em seus estudos sobre os estilos conversacionais em reuniões entre amigos e familiares, Tannen ([1984] 2005) verifica que na maior parte do tempo os participantes de um encontro social conversam. Nestas reuniões, a conversa cotidiana e os tópicos estão propensos a girar em torno de temas informais. Segundo a autora, é através da conversa, mais do que de qualquer outro elemento, que os participantes definem suas percepções sobre as pessoas que participaram do evento. A conversa cotidiana é uma modalidade discursiva recorrente nestes tipos de interação, apresentando piso conversacional colaborativo onde a sobreposição de falas ocorre com frequência (Tannen, [1984] 2005, p. 92). Ou seja, os participantes da conversa competem uns com os outros pelo piso (Holmes & Marra, 2002, p. 1.701), cada um tentando fornecer uma contribuição mais espirituosa e humorística, enquanto trabalham colaborativamente para construção de um cenário humorístico global.

Marcadores discursivos utilizados como respostas ou como iniciadores de turno (como “sim”, “oh”, “bem”, “ok”, e assim por diante) na conversa casual são também importantes para a construção do significado social e a continuação da conversa (Jaworski & Coupland, 2005, p. 677). O uso repetido de “é” como resposta contribui para a sensação de harmonia e concordância (Tannen, [1984] 2005, p. 72). McCarthy (2003, p. 34) verificou, em estudos realizados em serviços de salão de cabeleireiro e aula de direção, que as ocorrências de “sim” e “não” como respostas funcionam como marcadores interacionais de entendimento, concordância e encerramento, mas têm baixas implicações interacionais, diferentemente de “oh”, “bem” e “mm”, que são palavras pequenas, geralmente muito pequenas para serem incluídas mesmo no âmbito da conversa cotidiana, mas que têm um grande significado (p. 60).

A conversa cotidiana também pode surgir no contexto institucional e é mais comum do que se pode a princípio pressupor. Holmes (2003, p. 66) considera que a conversa cotidiana está geralmente localizada no espaço pragmático entre as funções relacionais e transacionais da conversa e sua função fundamental no ambiente institucional é construir, manter e reforçar as relações sociais positivas ou a solidariedade entre os colegas de trabalho. Pereira & Bastos (2002, p. 169) verificaram que, em interações institucionais em encontros entre clientes e atendentes de um serviço de seguro-saúde, a conversa cotidiana pode surgir como estratégia de envolvimento subjetivo e interpessoal, ao se empregar recursos de afetividade que promovem mudanças no enquadre profissional. Utilizar a linguagem correta no local de trabalho é um aspecto crucial para se tornar um participante aceito. Para Holmes & Marra (2002, p. 1684), a conversa cotidiana auxilia no compartilhamento de valores, significados e entendimentos que subjazem à cultura do local de trabalho, que é um aspecto importante de sua identidade social.

As estratégias da conversa cotidiana que envolvem tópicos não seguros demonstram alto envolvimento interacional. Pereira & Bastos (2002, p. 175) demonstram que o envolvimento e a polidez nas estratégias discursivas de envolvimento manifestam expressões linguísticas de afeto. Estas expressões podem ser identificadas através do uso da primeira pessoa do singular – demonstração de alto envolvimento – ou do uso da primeira pessoa do plural – demonstração de baixo envolvimento, ou distanciamento. As autoras argumentam ainda que, segundo a terceira regra de Lakoff, “Seja amigável (camaradagem)”, ao criar proximidade com o interlocutor utilizando estratégias de alto envolvimento que incluem manifestações de afeto, o falante adquire a possibilidade de exercitar o poder.

Pereira & Bastos (2002), ao estudar questões relacionadas ao poder e à solidariedade entre clientes e atendentes, observam o emprego de diferentes estratégias interacionais, incluindo a que nos interessa neste estudo, que é a introdução da fala social – ou, em nosso caso, do estabelecimento da conversa informal que ocorre dentro do âmbito institucional. Este tipo de interação inclui o bate-papo e a conversa sobre tópicos desimportantes que não estão especificamente vinculados à prestação do serviço. A presença da conversa casual no ambiente institucional envolve uma mudança de alinhamento entre os participantes e, conseqüentemente, uma mudança de enquadre, do institucional para o pessoal, ou, nos termos de Pereira & Bastos (2002, p. 183) do profissional para o social.

Percebemos que, na conversa cotidiana, mesmo no ambiente institucional, há uma relação específica de parceria com maior interação entre os participantes, que se expressam e ouvem um ao outro, com grande sobreposição de falas, buscando sempre a aproximação e encorajando o outro a falar também, em uma dinâmica recorrente nas interações.

Verificamos que, nas interações informais entre homens, o piso conversacional é colaborativo e os assuntos giram em torno de assuntos impessoais, trocas de informações, brincadeiras conversacionais cujos temas estão relacionados aos tópicos de trabalho, futebol e fofocas sobre outros homens, conhecidos pelos interlocutores e participantes do mesmo ambiente institucional. Os estudos indicam que a conversa cotidiana ocupa grande parte do tempo nos encontros sociais entre familiares ou entre amigos (Tannen, [1984] 2005; Johnson & Meinhof, 1997) e também no local de trabalho (Holmes & Marra, 2002; Jaworski & Coupland, 2005), gerando a ocorrência de estilos conversacionais de alto envolvimento, além de tópicos que não são necessariamente seguros, muitas vezes com caráter humorístico, como a brincadeira conversacional.

Uma das características da conversa informal é a presença do humor na interação entre falantes com alto grau de envolvimento. Um dos aspectos mais distintivos do estilo de qualquer pessoa é o uso do humor, que tem o propósito principal de entreter. Através da entonação, modo de falar, qualidade da voz e sinais não verbais um falante pode construir uma frase ou um discurso com significado não literal. O falante pode também dar um outro significado ou o significado real ao que diz assumindo um papel, geralmente estereotipado ou mesmo bem definido (Tannen, [1984] 2005, p. 163).

Attardo (1994, p. 323) afirma que a função de gerenciamento social do humor cobre todos os casos nos quais o humor é usado como uma ferramenta para facilitar a interação e fortalecer a ligação intragrupo ou a rejeição extragrupo. Coates (2007 apud Bastos & Stallone, 2011) acrescenta que

o humor conversacional é essencialmente colaborativo, ou seja, só é estabelecido quando existe um acordo entre os participantes envolvidos na interação. O compartilhamento do conhecimento é grande responsável pela identificação da proposta de brincadeira e pelo alcance desse acordo. (Coates, p. 160).

No contexto dos encontros sociais entre familiares, entre amigos ou entre colegas de trabalho, o humor pode ocorrer dentro da conversa cotidiana em forma de brincadeira conversacional, que surge de acordo com o contexto momen-

tâneo. Attardo (1994, p. 296, 300) mostra que a brincadeira conversacional (ou situacional) é improvisada durante a conversa e depende da informação contextual em andamento, ou seja, é quase impossível que ocorra fora da situação. É possível, em uma conversa entre amigos, surgir também uma piada pronta. Esta, no entanto, pelo fato de poder ser descontextualizada, necessita, para que haja aceitação da audiência, de asseguuração desta aceitação, de negociação da aceitabilidade da piada e de sua situação e de orientação da audiência para a correta interpretação do texto.

Nesta seção, tratamos dos conceitos de enquadre, alinhamento e *footing*, de estrutura de participação, pistas de contextualização, avaliação e conversa cotidiana, apresentando importantes abordagens relacionadas ao modo como o falante se posiciona e interpreta a situação social, a partir das estratégias e recursos linguísticos e paralinguísticos, identificando as atividades nas quais se envolve e está envolvido. Estes conceitos são importantes para nossa análise, uma vez que estão presentes nas interações pesquisadas.

Considerando que as transmissões radiofônicas ocorrem em um ambiente com características institucionais e interacionais específicas, e que envolvem questões relacionadas aos contextos sociais de ordem micro e macro, apresentaremos, na seção subsequente, alguns conceitos sobre o contexto em seus diferentes aspectos.

3.4

Noções de contexto e relações de ordem micro e macro

O tipo de atividade presente nas transmissões radiofônicas estudadas por esta pesquisa – a reportagem aérea – é produzida por seus falantes e avaliada por seus interlocutores em um contexto social exclusivamente urbano. É um contexto específico do qual emergem atividades relacionadas ao âmbito microinteracional – relações interacionais entre repórteres, locutores e ouvintes – e ao âmbito macrosocial – narração de cenas do trânsito, suas avaliações, causas e consequências.

Nesta seção, apresento conceitos de contexto de Goodwin & Duranti (1992) e suas dimensões, de Ellis (1999) e Collins (1987), que avaliam a relação intrínseca entre as questões de ordem micro e macro e sua influência no discurso, e de Velho (2009) e Susser (1982), que apresentam noções de antropologia urbana.

3.4.1

Dimensões do contexto

A forma como um falante decide produzir seus enunciados em diferentes situações sociais é dependente dos fatores sociais que o cercam. Jakobson (1960 apud Gumperz & Cook-Gumperz, 2007, p. 480) foi o primeiro a sugerir que o contexto deveria ser tratado como um importante fenômeno no estudo do modo como os falantes realizam seus discursos. Uma definição de contexto deve, portanto, abranger problemas específicos que a pesquisa demanda.

Em seus estudos, Goodwin & Duranti (1992, p. 3) argumentam que a noção de contexto envolve uma justaposição fundamental de duas entidades: um evento central e um campo de ação no qual o evento está inserido. Os autores lembram, ainda, os atributos das dimensões contextuais apresentados por Ochs (1979, p. 2-6 apud Goodwin & Duranti, 1992, p. 6-9): 1) cenário, que se refere ao campo social e espacial dentro do qual os encontros estão inseridos; 2) ambiente comportamental, que é o modo como os participantes enquadram e organizam suas falas; 3) a linguagem como contexto, ou seja, a maneira como o falante usa o discurso (por exemplo, formal ou informal) para criar o contexto e, conseqüentemente, o alinhamento com o outro; 4) contexto extrassituacional, referente ao conhecimento de mundo necessário para um entendimento apropriado da conversação e que extrapola o contexto microinteracional.

Entendemos, portanto, que o evento central – as transmissões de reportagens relacionadas ao trânsito – e o campo de ação – o contexto social do trânsito, são aspectos relacionados e que devem ser considerados por esta pesquisa.

3.4.2

Contextos micro e macro

Esta pesquisa não se configura como um estudo especificamente micro ou exclusivamente macro. Collins (1987, p. 193) lembra que as pesquisas teóricas sociológicas sobre as questões micro e macro existem há muito tempo, mas que o problema de como relacioná-las é que se tornou mais intenso nos últimos dez ou vinte anos, e que isto aconteceu principalmente por efeito das descobertas realizadas por pesquisadores empenhados nas questões micro. Micro e macro são termos relativos tanto no espaço quanto no tempo, e a própria distinção deve ser considerada como um par de variáveis contínuas (Collins, 1981, p. 987).

Ellis (1999, p. 33) faz uma distinção entre os tipos de estudo que se relacionam mais às características sociais ligadas a questões macro e as teorias que estão mais próximas e estudam as questões micro. Estas distinções, segundo o autor, criam uma dicotomia onde se apresentam, de um lado, as pesquisas na comunicação interpessoal, pragmática, grande parte da análise do discurso, do interacionismo simbólico e da etnometodologia, que estão ligados mais às pessoas e situações circunstanciais e são micro por natureza e, de outro lado, algumas comunicações organizacionais, sociologia da mídia, e teorias culturais, que são menos empíricas e, portanto, mais macro. Minha pesquisa se localiza nos dois âmbitos desta dicotomia, pois analisa as microinterações que produzem e são produzidas pela macroestrutura social.

O autor (p. 32) procura mostrar que o problema micro-macro é uma questão de interdependência com a qual os pesquisadores da interação social devem lidar, ou seja, há uma relação entre os microelementos da linguagem e a realidade do dia a dia e como eles se moldam e se auto-organizam dentro de algum tipo de conjunto estruturado. O que é particularmente importante para a teoria da interdependência é que o micromundo da comunicação cotidiana é o local do significado onde ambos produzem estrutura social e são produzidos por ela (p. 35). Collins (1987, p. 203) acrescenta ainda que a distinção micro-macro não deve ser utilizada meramente como um dispositivo analítico para observadores sociológicos.

3.4.3

Micro e macro no discurso

No âmbito da linguagem, o significado de uma situação social não pode ser entendido sem se remeter a uma circunstância mais ampla, baseada em experiências prévias. Halliday & Hasan (1989 apud Oliveira, 2002, p. 112) entendem que “a tendência mais recente em estudos linguísticos é ver a linguagem ligada ao contexto social e as escolhas linguísticas como dependentes deste contexto, dele recebendo influências e ao mesmo tempo podendo influenciá-lo.”

Na relação macro-micro, a abordagem interpretativa da interação é particularmente reveladora nas modernas sociedades urbanas onde as barreiras sociais são difusas, onde a comunicação intensa entre falantes de diferentes níveis de experiência é a regra e não a exceção (Gumperz & Cook-Gumperz, 1982, p. 6), e onde as interações face-a-face ou interações através de redes sociais ou outras fer-

ramentas de comunicação, como o rádio e a televisão, são microexperiências que envolvem macrofatores contextuais e, conforme Ellis (1999, p. 35) têm lugar nos contextos interativos e têm também de ser integradas às macroestruturas.

Percebemos, então, que a comunicação nas situações micro é onde as reais interações, e conseqüentemente, as ações e atividades humanas, acontecem. Ellis (1999, p. 35) argumenta que poucas pesquisas sobre a interação social buscam ligar o micro e o macro e acredita que os pesquisadores da sociointeração devam expandir seu alcance teórico, evitando a dualidade um ou outro e pensar nos processos de interdependência. As micro e macrodimensões da linguagem têm sido geralmente estudadas de modo separado, através de tradições linguísticas distintas. Entretanto, as duas parecem ser interdependentes e poderiam ser assim analisadas, diminuindo ou eliminando a grande lacuna existente entre o micromundo dos etnometodologistas e o macromundo dos teóricos e críticos culturais (Ellis, 1999, p. 31).

3.4.4

Contexto urbano das grandes cidades

Para melhor compreender as características discursivas e as motivações para as variações estilísticas dos repórteres aéreos entendemos que devam ser buscadas algumas interfaces com a noção de contexto da antropologia urbana. Neste sentido, consideramos que um estudo da interação social através da linguagem e, em especial, dos tipos de atividades baseados na fala e dos estilos conversacionais no rádio em uma grande metrópole, relaciona esta disciplina com os estudos da antropologia urbana, uma vez que se volta para um tema que se tornou parte do cotidiano do cidadão de uma grande cidade: as reportagens sobre o tráfego, veiculadas pelo rádio.

Susser (1982, p. 8) considera a antropologia urbana uma subespecialidade da antropologia que trata especificamente do desenvolvimento e do contexto das relações sociais na sociedade industrializada. Velho (2009, p. 14), estudioso das sociedades, afirma que os estudos de bairros, áreas da cidade, localidades, ruas e espaços em geral são muito importantes para o desenvolvimento da antropologia urbana, pois é nestes ambientes que as formas de relacionamento, organização e sociabilidade são exercidas, e sustenta que são os meios de transporte da cidade, como o trem, o ônibus, o metrô e os carros particulares que viabilizam a circula-

ção nas áreas urbanas, ainda que de modo aparentemente caótico. O autor (p. 11) acredita ainda que foi a própria complexidade da cidade moderno-contemporânea, particularmente das grandes metrópoles, que levou ao desenvolvimento da área de investigação da antropologia urbana.

3.5

Comentários Finais

Abordamos, neste capítulo, conceituações teóricas acerca de estilos, de atividades de fala e de contexto.

Em relação aos estilos, apresentamos os estudos de Labov ([1972] 2008) sobre a variação estilística, onde o aspecto linguístico foi predominante em suas pesquisas. A concepção de modos de fala de Hymes (1974) passou a identificar os estilos como registros das variações de fala formal e fala informal. Ervin-Tripp (1972) estabeleceu regras de co-ocorrência, definindo estilo como combinações de relações sintagmáticas (formais e informais) e paradigmáticas (registros). A partir dos conceitos de Hymes e Ervin-Tripp, Tannen ([1984] 2005) assume que o estilo se refere aos dois níveis. Somando estes conceitos às estratégias estilísticas de distância, deferência e camaradagem, de Lakoff (1979) e, aplicando estas concepções a seus estudos das conversas casuais entre amigos e familiares, Tannen constitui elementos que caracterizam o estilo conversacional.

Relacionando o estilo ao seu aspecto interacional, apresentamos também os conceitos da teoria da acomodação e suas estratégias de convergência, manutenção e divergência, de Giles (1973), de design da audiência, de Bell (1984), com seus aspectos de influência dos ouvintes (audiência) na variação estilística do falante, além de alguns estudos realizados sobre o estilo e suas variações no ambiente institucional radiofônico (Goffman, 1981; Bell, 1982; Thornborrow, 2001; Batista, 2002; Almeida, 2008; e Cutillas-Espinosa & Hernández-Campoy, 2007).

Tratamos da conceituação de tipos de atividade e dos conceitos da sociolinguística interacional que são importantes para a análise e descrição dos tipos de atividades. Levinson (1979) propôs o conceito de tipo de atividade em substituição à noção de evento de fala, de Hymes (1972). Sarangi (2000), baseando-se em Levinson, considera também que o tipo de atividade se refere a um conceito vago onde as funções dos enunciados dependem da circunstância na qual está sendo proferido, e estabelece a relação de hibridismo entre os tipos de atividades e tipos de discurso.

Como elementos da sociolinguística interacional para o tratamento analítico do tipo de atividade pesquisada por esta pesquisa – a reportagem aérea – apresentamos as noções de enquadre, criada como conceito psicológico (Bateson, 1972), e seu desenvolvimento, sob uma visão sociológica (Goffman, [1974] 2012), assim como a interpretação interacional do conceito de enquadre (Tannen, [1984] 2005). Apresentamos também os conceitos de alinhamento e *footing*, de estrutura de participação, nas noções de falante e ouvinte (Goffman, [1979] 2002), o conceito de pistas de contextualização (Gumperz, [1982] 2002) e de avaliação (Vieira, 2007; Gago, Vieira & Sant’Anna, 2012). Entre os tipos de atividades que denotam envolvimento interpessoal, expusemos o conceito de conversa cotidiana (Tannen, [1984] 2005; Coates, 1997; Johnson & Finlay, 1997; Johnson & Meinhof, 1997; Coupland, 2003; Coupland & Jaworski, 2003; Jaworski & Coupland, 2005), que pode ocorrer também no ambiente institucional (Pereira & Bastos, 2002; Holmes & Marra, 2002; Holmes, 2003) inclusive com a presença do humor conversacional (Attardo, 1994; Coates, 2007).

Apresentamos também conceitos relacionados ao contexto e suas dimensões sociais (Goodwin & Duranti, 1992), além da interdependência entre as questões contextuais macro e micro (Collins, 1987; Ellis, 1999) e noções de antropologia urbana (Susser, 1982; Velho, 2009).

3.5.1

Estilo conversacional

Utilizamos o termo **estilo conversacional** nesta pesquisa como uma expressão que define o modo como os dispositivos linguísticos e interacionais são utilizados pelos falantes – em nosso caso, repórteres aéreos e locutores de rádio – para estabelecer a forma como se engajam ativamente no tipo de atividade reportagem aérea.

Desta forma, o sentido que o termo apresenta nesta pesquisa alinha-se às observações de Tannen ([1984] 2005, p. 3), que se refere a estilo conversacional como os aspectos verificados na conversa que ocorre na interação cotidiana. Diferentemente da noção do falante que representa o papel social de animador (Goffman, [1979] 2002), ou seja, que produz elocuições, acreditamos que o falante que se expressa de diferentes modos, de acordo com as expectativas de seus ouvintes, procura utilizar todas as estratégias discursivas à sua disposição para se

envolver e buscar o envolvimento de seu(s) interlocutor(es). A maior ou menor discrição, o maior ou menor interesse, o maior ou menor entusiasmo são estratégias que definem como o falante quer interagir com seu interlocutor, e como quer que o interlocutor reaja.

As características do estilo de alto envolvimento, descritas por Tannen ([1984] 2005, p. 40), mostram que os dispositivos linguísticos e paralinguísticos interacionais estão presentes nas conversas cotidianas verificadas entre repórteres aéreos e locutores nas rádios que permitem um tipo de discurso mais informal.

Não acreditamos que seja possível estabelecer aqui uma definição que represente com exatidão o modo como utilizamos o termo estilo conversacional, mas a verificação das características do comportamento interpessoal dos falantes pesquisados demonstra que, quanto maior o envolvimento com o interlocutor, mais o falante se apropria das ferramentas conversacionais que exigem maior complexidade interacional, e, na medida em que mais dessas características são aplicadas ao discurso, mais ele se aproxima da conversa cotidiana e se afasta da organização sequencial, estrutural e contextual do discurso institucionalizado.

Esta constatação não significa, por um lado, que a conversa cotidiana, onde o estilo conversacional é mais evidente, não possua uma organização ou estrutura bem definidas ou, por outro lado, que o discurso institucional não possa apresentar características conversacionais de envolvimento. Mas utilizamos as análises verificadas por esta pesquisa como argumentos para a escolha pelo termo estilo conversacional para definir os modos como os falantes pesquisados escolheram interagir linguisticamente com seus interlocutores, reais ou imaginados.

Concluimos este capítulo com estas argumentações para que as análises do estilo conversacional sejam vistas mais por seu aspecto interacional do que por seu aspecto linguístico.

No capítulo seguinte, apresentamos uma descrição dos aspectos metodológicos e uma contextualização dos dados sob os quais a pesquisa e a análise se assentam.